

TRATADOS COMO INIMIGOS

Cem milhões sem coleta de esgoto. Trinta e cinco milhões sem água potável. Onze mil mortes anuais pela precariedade sanitária — em grande parte, crianças — e duzentos e dezessete mil trabalhadores afastados por doenças gastrointestinais.

O Brasil é uma nação que vive de contrastes e exclusões brutais: enquanto membros do establishment têm regalias e conforto que podem fazer inveja à realeza do século XIV, uma parcela imensa da população vive uma miséria inconcebível para um camponês do Baixo Medievo.

Até os romanos, séculos antes de Cristo, desenvolveram estradas e sistemas de saneamento que superaram a infraestrutura a que muitos brasileiros, em pleno século XXI, têm acesso.

Ruas que precisam de tábuas para amparar o transeunte, pois o esgoto escorre pela rua e pode transmitir doenças. Pessoas que não têm acesso à água potável e precisam ferver a água contaminada a que têm acesso para o preparo de alimentos. São situações que parecem absurdas, mas são rotina para uma parte da população que não tem saneamento básico e ainda precisa conviver com as ordens e comandos do tráfico que os faz reféns.

O Brasil não é uma nação perfeitamente integrada, democrática e dotada de dispositivos institucionais para manifestar a vontade geral; se assim o fosse, tal circunstância não se daria em território nacional, pois quem se esforçaria pela manutenção da própria desgraça e sofrimento?

A infraestrutura evidencia uma fratura no tecido social brasileiro, mas a política econômica é implacável, pois até aqueles que conseguem fugir da ausência de infraestrutura correm risco de rebaixamento de sua condição social.

A dívida pública encerrou 2025 em 78,7% do PIB e projeta-se em 87,9% até 2029. Com déficit primário de 59,1 bilhões projetado para 2026, a Selic permanece inospitavelmente alta, na casa dos 13,75% ao ano. O crédito encarece, o consumo retrai, e o investimento privado sufocado busca a segurança do rentismo, diminuindo a oferta de emprego. Não é só atraso de obra.

É a forma contemporânea de uma exclusão antiga — brasileiros habitando o Brasil como se fossem estrangeiros em sua nação, um Estado sitiado por inimigos.

As civilizações antigas tinham sistemas de cidadania que usavam critérios religiosos, de consanguinidade e de honra militar. Os atenienses acreditavam ter nascido da terra e que sua cidadania era garantida pelo direito divino de ocupar o espaço da pólis.

Os romanos permitiam a compra da cidadania por estrangeiros que se qualificassem servindo à República, e os judeus aceitavam conversos à sua religião e costumes. O que todos esses povos têm em comum é a exclusão do não cidadão: por questão de segurança e estabilidade, as civilizações antigas afastavam membros não integrados de suas cidades, privando-os dos direitos que cabiam a um cidadão integrado.

No Brasil, parece que os brasileiros socialmente fragilizados são os excluídos; parecem ser tratados como estrangeiros ou inimigos. Habitam o território, sustentam a máquina fiscal, alimentam a produtividade residual e permanecem excluídos da cidadania efetiva. Sem saneamento, sem crédito, sem Estado capaz de universalizar o mínimo, produzir estradas e integrar cidadãos à sociedade.

Deve-se retirar o estamento do poder para articular um projeto de vida comum, que inclua todos os brasileiros. E, para isso, é preciso encarar com pragmatismo a disputa eleitoral entre Flávio Bolsonaro e Lula, dando um voto de confiança ao candidato mais habilitado e com chances de vencer no primeiro turno.

- **O déficit crônico de infraestrutura sanitária e o abandono estatal** relegam dezenas de milhões de brasileiros a uma privação medieval, convertendo a população vulnerável em párias desprovidos de direitos essenciais em seu próprio território.
- **O descalabro fiscal e a asfixia econômica decorrente do endividamento público** consolidam uma dinâmica de apartheid institucional que suga a riqueza dos cidadãos para subsidiar o rentismo e sustentar os privilégios do estamento burocrático.
- **A reconstituição da cidadania e a construção de um projeto comum de nação** exigem a superação pragmática do atual regime hegemônico pela via eleitoral, como condição inadiável para devolver a dignidade e a soberania ao povo brasileiro.

